

Identidade linguística e
*“consciência da unidade
espiritual”*

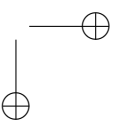
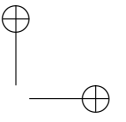


Dionísio Vila Maior

CLEPUL

2011

www.lusosofia.net





LUSO Sofia:press

Lisboa, 2011

FICHA TÉCNICA

Título: *Identidade linguística e “consciência da unidade espiritual”*

Autor: Dionísio Vila Maior

Colecção: Artigos LUSOFONIAS

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, Novembro de 2011

ISBN – 978-989-96443-9-7

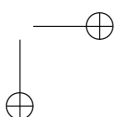
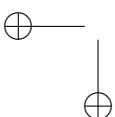


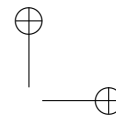
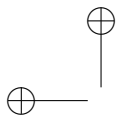


Identidade linguística e “consciência da unidade espiritual”

Dionísio Vila Maior
Universidade Aberta e CLEPUL

1. É pacífica a noção segundo a qual o conceito de língua se restitui a uma particular tradição histórica. José Herculano de Carvalho, na sua *Teoria da Linguagem*, afirmava que a língua “é sobretudo uma entidade *histórico-social*” (CARVALHO, J. H., 1967: 327-328) – vincando, assim, todo o sentido de tradição e continuidade cultural inerente a uma comunidade linguística. Por seu lado, Mikhaïl Bakhtine, em 1929, já afirmara: “La véritable substance de la langue n’est pas constituée par un système abstrait de formes linguistiques ni par l’énonciation-monologue isolée, ni par l’acte psycho-physiologique de sa production, mais par le phénomène social de *l’interaction verbale* [...]” (BAKHTINE, M., VOLOSHINOV, V. N., 1977: 135-136). Note-se o significado assumido nestas palavras por uma ideia que importa desde logo reter: a que se sustenta no facto de Bakhtine conceder uma enorme relevância ao sentido social e prático envolvido pela *atualização* que da sua língua faz uma determinada comunidade. Ora, esta questão (assim considerada) abre justamente o caminho para duas equacionações complementares: a que se relaciona com a orientação social do discurso e a que diz respeito à presença inevitável do *outro* em cada enunciado produzido.

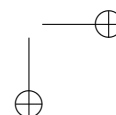
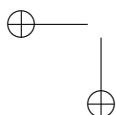




Para a clarificação deste ponto, torna-se obrigatório recordar um importante texto de Bakhtine, de 1952-1953 (intitulado “Os géneros do discurso”), onde este defende o caráter social e inter-subjetivo da linguagem e do pensamento; e, como se pode ver, a importância desta problemática remete de imediato para a tese que advoga que qualquer produção discursiva deve ser entendida enquanto prática dialógica inscrita no *social*. Sob esta ótica, qualquer texto verbal pode considerar-se como um enunciado que dialoga sempre com outros textos (configurando-se, dialética e dialogicamente, como um *espaço de pergunta-resposta*): “Je vis dans l’univers des mots d’autrui”, escreve Bakhtine (1984: 363). Por aqui se percebe, aliás, o motivo pelo qual este filósofo da linguagem, concede uma enorme importância à consciência do sujeito falante – a mesma consciência que deverá ser encontrada na relação entre a condição social do sujeito e a orientação social da atividade racional deste mesmo sujeito.

Repare-se que o que há de fundamental nesta ideia não é certamente nenhuma atitude de índole autolátrica; e, neste contexto, a título de curiosidade, não posso deixar de igualmente lembrar um autor que me é muito caro: Fernando Pessoa. Também ele (o poeta da multiplicidade vocal) teceu reflexões interessantíssimas sobre o modo como cada sujeito se articula com a sociedade em que se encontra inserido. Bastaria, para isso, apontar um texto de 1924, intitulado *A influência da Engenharia nas artes racionais*, onde considerou que a articulação eu-*outro* se desenvolve pelo equilíbrio entre duas “forças” (a “força” de “integração” e a “força” de “desintegração”) – dependendo fundamentalmente desse equilíbrio a vitalidade daquela articulação (PESSOA, F., 1986c: 122).

Como se deduz, o problema assim considerado não deixa naturalmente de poder ser aquilatado numa área adjacente de reflexão:

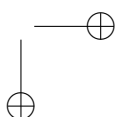
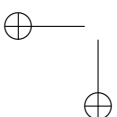




o equacionamento do termos e conceito de *capital identitário de uma comunidade*.

2. Assim, e a um primeiro nível, torna-se necessário recordar que o polifónico conceito de *identidade* ocupa hoje, como se sabe, uma multiplicidade de áreas científicas (por isso se fala em *identidade cultural, territorial, literária, linguística, religiosa, sexual*, etc). Porém, no que diz respeito ao capital identitário de uma comunidade, duas linhas de pensamento afiguram-se centrais: por um lado, esse capital identitário evolui; por outro lado, esse capital identitário repousa sobre substratos culturais diversos com os quais uma comunidade reclama um compromisso com o futuro.

De novo recorro aqui à *Teoria da Linguagem*, de Herculano de Carvalho, onde este linguista sublinha, no conceito de língua, o seu estatuto de *topos* cumprido *na e pela* tradição. Depois de afirmar que “a língua é sobretudo uma entidade histórico-social”, acrescenta: “[...] o que lhe confere unidade e até existência e portanto individualidade é a consciência dos sujeitos falantes que, para além das divergências dos seus modos de falar, para além mesmo da mútua incompreensibilidade, se sentem unidos por uma tradição histórica, pelo reconhecimento de que esses seus diversos modos de falar pertencem a uma única tradição linguística e cultural” (CARVALHO, J. H., 1967: 327-328). Parece evidente que uma definição assim formulada obedece a uma conceção de língua como uma realidade não só histórica, mas também historicamente determinada. Isto equivale a dizer, por um lado, que o índice da interiorização histórico-cultural que uma comunidade tem da sua língua pode ser diretamente proporcional à identidade linguística dessa comunidade; por outro, que a essência profunda e espiritual dos falantes dessa comunidade permite que se legitimem enquanto *sujeitos* contínua e positivamente enriquecidos no devir temporal. E



tudo isto se passa no quadro de uma conceção evolutiva da língua: “Falar [...] no sentido social”, escreve Pessoa, “pressupõe *falar a mesma língua*”; e conclui: “falar a mesma língua pode envolver, evidentemente, [...] [um] elemento de hereditariedade [...]”: é quando a língua, que os interlocutores falem, seja a língua herdada e materna de todos eles” (PESSOA, F., 1986c: 778). Ora, e em face do exposto, pode deduzir-se, em primeiro lugar, que o imaginário linguístico-cultural de uma Comunidade Linguística, sentido como património comum pelos falantes dessa Comunidade, permite resolver diferenças idiossincrásicas que possam existir entre esses falantes; em segundo lugar, que o facto de poderem existir descoincidências ideológico-culturais não impede a presença de uma identidade inscrita no *corpo* da língua, quando consciencializada e atualizada.

Não quer isto obviamente dizer que se postula aqui uma conceção linguístico-cultural de uma ampla Comunidade (no caso que nos interessa particularmente, a comunidade lusófona) em termos monológicos. Pelo contrário: as diferenças existem, e existirão. O que se pretende dizer é que (no quadro de um pluralismo cultural) é aceitável a ideia de identificação enquadrada pela noção de *identidade*, comprometida com o falar uma língua comum (no nosso caso, a língua portuguesa) e com a existência de impulsos orientados coletivamente.

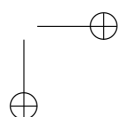
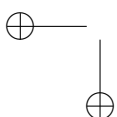
Tendo em conta a esteira de reflexão que temos vindo a seguir, pode dizer-se que estas reflexões, assim equacionadas, obedecem a um critério segundo o qual é possível compaginá-las com o *gesto* vanguardista lançado por Almada Negreiros (no *Manifesto Anti-Dantas*), ou por Oswald de Andrade (no *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*), ou mesmo com a provocatória e categórica recusa do convencionalismo, da cultura oficial, dos “absurdos enfadonhos de uma tradição” oficializada – essa “pedra no meio do caminho”, repetidamente *dita* por Drummond de Andrade. Mais: não ter também em consideração esse *gesto afirmativo* poderia traduzir-se em



dois sentidos: antes de tudo, o repúdio do processo resultante da ação da *energia* de uma língua que se edifica também pela apologia da prosa experimental, ou pela rutura com um *discurso* literário “oficializado” (rutura essa praticada, por exemplo, por Álvaro de Campos [na *Ode Marítima*], Fernando Pessoa [na *Chuva Oblíqua*], ou Oswald de Andrade [nas *Memórias Sentimentais de João Miramar*]). Em segundo lugar, recusar o lado *afirmativo* da língua poderia significar o menosprezo pelo processo de *entropia*.

De acordo, portanto, com este ponto de vista, uma língua também se refunde com o aplauso de um *falar* novo (fê-lo Oswald de Andrade [no já referido *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*]), ou, mesmo, com a defesa das manifestações linguísticas inseparáveis do registo oral, coloquial e popular (praticou-o Mário de Andrade [em *Clã do Jabuti*, *Macunaíma* e *Losango Caqui*, por exemplo]). Não foi, afinal, Manuel Bandeira quem, no poema *Evocação do Recife*, escreveu que a vida lhe chegava pela “boca do povo”?

3. Perdoar-me-ão (nestas reflexões) o apadrinhamento pessoano. Contudo, creio que tal atitude se justificará, pela coerência de raciocínio expresso pelo poeta dos heterónimos. Por isso se compreende como os contornos desta questão se apuram quando temos em conta um conhecido fragmento do *Livro do Desassossego*, onde o *outro eu* pessoano Bernardo Soares escreve o seguinte: “Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém [...] um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa” (PESSOA, F., 2010: 326). Importa, desde logo, notar o significado assumido, nestas palavras, por três elementos: a afirmação patriótica; a apologia da língua portuguesa; a figuração da língua portuguesa num campo representativo que serve para confirmar isso mesmo: a sua presença física, quer no registo escrito, quer no registo oral. E não deixa aqui de ser sintomático o valor expres-

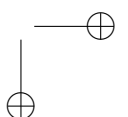
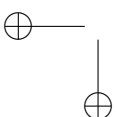




sivo de uma ideia que é, afinal, central no pensamento de Pessoa: um patriotismo determinado não pelo sinal ideológico, mas pela consciência da autoridade que a materialização da língua pressupõe. É, portanto, um o parâmetro que preside àquela afirmação de Bernardo Soares: enaltecer, seriamente, absolutamente, a língua portuguesa.

Ainda num outro texto, uma carta que escreve a Xavier Arago, Pessoa lamenta o facto de os portugueses serem “um agregado humano sem aquela alma coletiva que constitui uma Pátria” (PESSOA, F., 1986c: 886). Assim, Pessoa estabelece um cenário particularmente significativo, no seio da problemática da defesa de uma língua, sobretudo quando estão em causa duas possibilidades de encarar esse cenário: considerar essa defesa como base de reformulação no entendimento da língua, ou encarar o desengano dolorosamente sentido como instigador da intensificação dessa postura.

4. Ora, num contexto motivado por uma reflexão sobre o termo e conceito de “identidade”, devemos ter em conta, fundamentalmente, um conjunto de questões nucleares: a comunhão de vivências culturais que fizeram (e fazem) a história de uma comunidade; a cultura coletiva; a união cultural e histórica; as personalidades marcadas por elementos psicológicos e sentimentos interindividuais. E, particularmente nesta última referência, alicerça-se a coabitação de mitos, crenças, ideias, símbolos, transmitidos de gerações em gerações. “Ignorar os mitos de um povo”, sublinha António Quadros na introdução ao segundo volume das *Obras de Fernando Pessoa*, “é ficar à margem da sua identidade profunda”; e acrescenta: “Ao contrário, conhecê-los [...] é fazer emergir a consciência da sua identidade e da sua personalidade” (QUADROS, A., 1986: 66). Mas note-se: se o respeito pelo passado histórico-cultural coletivo implica que nos sustentemos na

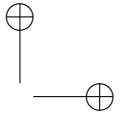


continuidade desse passado, ele implica, ao mesmo tempo, a sua *transcensão*. De certo modo, é este o problema para o qual remete uma reflexão de, novamente, Fernando Pessoa (de 1918 ou 1919), quando afirma: “Qualquer sociedade civilizada caracteriza-se por a existência nela de dois elementos – a estabilidade e o progresso. Se não oferece estabilidade, resulta anárquica [...]; se não progride, não pode dizer-se uma sociedade civilizada” (PESSOA, F., 1986c: 1038).

De qualquer modo, encontramos-nos, uma vez mais, no reduto da tradição de essência supraindividual, onde nos deparamos com um cortejo polifônico de diferentes identidades culturais, que funcionaram sempre em relação dialógica. A este nível, pode, por exemplo, dizer-se que a identidade nacional portuguesa constitui o resultado de diversos *substratos identitários* (gregos, romanos, godos, mouros, judeus...).

Como quer que seja, esta questão conflui numa outra: a das figuras históricas nacionais, que (figuras míticas/mi[s]tificadas que são) funcionam como “agregadores” da comunidade nacional, constituindo um verdadeiro núcleo duro tanto da constituição da identidade, como do discurso da identidade. Daí que, em momentos de crise, a recuperação das figuras históricas seja acionada pelo discurso histórico e literário. Significa isto que a presença (no quadro ideológico do discurso da identidade) de personalidades históricas obriga os indivíduos de uma comunidade nacional a um estado de convivência tácita com toda uma mitificação (e/ou mistificação) nacional, concentrada quer nas figuras e/ou feitos históricos (relatados pelos historiadores), quer na tradição oral coletiva (recriada, na Literatura Portuguesa, por personalidades como António Nobre, Lopes Vieira, António Sardinha, Teixeira de Pascoas, Correia de Oliveira, Miguel Torga, ou Fernando Pessoa – que, como se sabe, se “desejou” um reanimador de mitos).

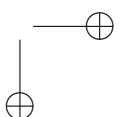
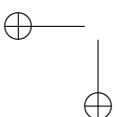
E essa ativação histórico-literária de “mitos nacionais”, de narrativas míticas, não é inócua nem inconsequente (do ponto de vista



do capital identitário). Pelo contrário: o alcance programático (e ideológico) de tal mi[s]tificação encontra uma das suas justificações naquilo a que Fernando Pessoa chama “levantar o moral de uma nação” (PESSOA, F., 1986c: 710). Como quer que seja, parece não haver dúvida que o alcance quase demiúrgico (consciente ou não) da figura histórica incide fundamentalmente no exemplo das ações ou das virtudes de que se impregna o seu legado; essas ações e essas virtudes terão contribuído, num primeiro nível, para o seu próprio enobrecimento, enquanto figura individual; num segundo nível, para o enobrecimento do grupo que representa – pela posição de destaque histórico promovida pela sua condição de figura escolhida *inter pares*.

5. No caso português, diversas foram (e são) as figuras recordadas pelo discurso literário (e, aqui, *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, bem como a *Mensagem*, de Fernando Pessoa, são, como se sabe, duas referências obrigatórias). Enlaça-as um elemento comum: a compaginação com acontecimentos cardinais da História, relacionadas essencialmente ou com o nascimento da nação portuguesa, ou com a independência da nação portuguesa, ou com a expansão e as descobertas. Neste sentido, Viriato, D. Afonso Henriques, D. Nuno Álvares Pereira, D. João I, o Infante D. Henrique, são, entre outras, algumas das figuras que reverberam auraticamente no palco da História de Portugal – promovidas à condição de mitos quer pelo discurso histórico, quer pela tradição histórica, quer ainda pelo discurso literário.

Desde modo, Viriato (chefe dos Lusitanos que resistiu às invasões romanas) é visto como “Destro na lança”, “Vencedor invencível, afamado”, a quem “A vida lhe tiraram” com “manha vergonhosa” (assim o evoca Camões, pela voz de Paulo da Gama, no Canto VIII, nas estrofes 6-7 d’*Os Lusíadas* [CAMÕES, L., 1968b:



91-92]). Por seu turno, Pessoa, na *Mensagem*, refere-se-lhe nos seguintes termos: “Teu ser é como aquela fria / Luz que precede a madrugada” (PESSOA, F., 1986a: 1147). Mais tarde ainda, Miguel Torga, nos seus *Poemas Ibéricos* qualifica-o como um “Pastor de ovelhas, simples criatura / A pintar de infinito a sua tela” (TORGA, M., 1965: 33).

Relembremos outra figura histórica, tantas vezes (por razões óbvias) lembrada pelo discurso literário: o primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques. Se, para Camões, ele é caracterizado como o Rei “incansável” (Canto III, est. 68 [CAMÕES, L., 1968a: 145]), ou como o Rei que “Tantos muros aspérrimos quebranta”, “aquele zeloso a quem Deus ama” (Canto VIII, est. 10-11 [CAMÕES, L., 1968b: 95]), para Pessoa, ele é o “Pai”, de “exemplo inteiro” e “inteira força” (PESSOA, F., 1986a: 1148).

Mais ainda: D. Nuno Álvares Pereira, “O Santo Condestável”, que se notabiliza nos feitos contra os Castelhanos em Atoleiros, Aljubarrota e em Valverde. É evocado, n’*Os Lusíadas*, ou como personalidade “forte”, que fala de “mão na espada”, ou como “o grande Pereira, em quem se encerra / Todo o valor” (Canto IV, est. 12-14 e 30 [CAMÕES, L., 1968a: 193-194 e 202]), ou como homem de “conselho e ousadia”, “Capitão devoto” de uma “Ditosa pátria que tal filho teve” (Canto VIII, est. 28-32 [CAMÕES, L., 1968b: 106-108]); na *Mensagem*, ele é lembrado como cavaleiro, cujas qualidades lhe conferem, segundo Pessoa, substancialidades míticas: rodeado por uma “auréola”, é comparado a Galaaz (“espada que, volteando, / Faz que o ar alto perca / Seu azul negro e brando”; “S. Portugal em ser” [PESSOA, F., 1986a: 1152]).

E quanto ao “Defensor do Reino”, D. João I, figura axial que se encontra na promoção das Descobertas? Rei que, já “não tendo a quem vencer na terra / Vai cometer as ondas do Oceano” (Canto IV, est. 48 [CAMÕES, L., 1968a: 48]); aquele que “repele [...] / A sombra eterna” (PESSOA, F., 1986a: 1149).

Por sua vez, o Infante D. Henrique, “O Navegador”, figura nuclear das Descobertas, aparece, também ele, emoldurado com virtualidades ecuménicas: ele é aquele que “Tem aos pés o mar novo”, “O único imperador que tem, de veras, / O globo mundo em sua mão” (PESSOA, F., 1986a: 1153); ele é (agora, num texto sobre a “*Ibéria*”) identificado como “uma das figuras supremas de criador de civilização [...] de quem Colombo, Gama e Fernão de Magalhães são o braço e o gesto” (PESSOA, F., 1986c: 989-990); para Miguel Torga (no poema “O Infante”), o Infante é aquele que “Segue [...] à frente”, “espírito audaz”, o “Guia de todos os descobrimentos” (TORGA, M., 1965: 39).

Tudo isto (aqui referido como forma de justificar uma das vias de constituição da identidade nacional) serve, no fundo, para ilustrar um grupo de fatores que (por dizerem respeito a um longo processo cultural que resgata ao passado o capital identitário da comunidade lusófona) imprime ao coletivo nacional um traço particular: aquilo que se poderá denominar de *territorialização linguística e histórico-cultural*.

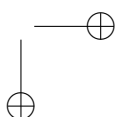
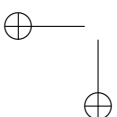
6. Pode dizer-se, desde modo, que a recuperação anamnésica das figuras nacionais, através, neste caso, da literatura, contribui fortemente para a expressão da identidade. Em primeira e última instância, o mesmo se passa com a língua que os falantes de uma comunidade atualizam. Como quer que seja, um ponto deve ser sublinhado: a relação que decorre entre os falantes e a sua língua não se deve encerrar dentro dos limites cegos de atitudes xenóforas e culturalmente solipsistas. Logicamente que, no contexto da difusão da língua, cultura e mitos nacionais, cabe um papel importante às entidades governamentais, aos Conselhos de Ministros, aos Comitês de Concertação Permanente, aos Secretariados Executivos. Todavia, o périplo da cultura e língua portuguesas no mundo



tem que ser impresso por todos os seus falantes – sem que haja uma valorização excessivamente negativa daquilo que, num outro contexto, Almada Negreiros chamou “núcleos coletivos, espécie de mundos parciais para idênticos” (NEGREIROS, J. A., 1992: 100). É necessário, isso sim, que entre os falantes da língua portuguesa haja aquela “consciência da unidade espiritual” (NEGREIROS, J. A., 1992: 116) (que o mesmo Almada atribuía, aliás, à Europa).

7. Só através dessa “consciência de unidade espiritual” nos podemos permitir construir, reforçar e fazer perdurar a nossa “mística coletiva”. Só então estaremos muito perto de uma vivência próxima daquela que foi pedida por António Ferreira, na *Carta a Pêro d’Andrade Caminha* (quando o mesmo pedia para que a “portuguesa língua” “florescesse”, para que fosse “falada”, “cantada”, “ouvida” (FERREIRA, A., 1973: 112).

Não falarmos, não cantarmos a língua (portuguesa, neste caso), significa que “atiramos palavras ao vento”; não ouvirmos, não *vivermos* a língua (portuguesa, neste caso), significa que defraudamos tudo aquilo que escreveram os agentes linguísticos, culturais, literários, de cuja comunidade fazemos parte; não relevarmos um passado nacional significa que apagamos a memória coletiva de um povo; não projetarmos o legado passado no futuro significa que não pensamos a identidade nacional; não pensarmos a aproximação das consciências de uma comunidade (através do resgate da figura histórica) significa que esquecemos uma boa parte da estrutura psíquica supraindividual, habitada por uma *anima* que nos aproxima e por um *animus* que nos faz agir coletivamente; não consciencializarmos o valor do discurso identitário – representado na defesa da língua (portuguesa, neste caso) – significa que traímos (no caso) a “língua de Camões, de Eça, de Torga, de Pessoa” e de tantos outros de que[m], afinal, somos todos tributários.

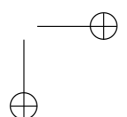
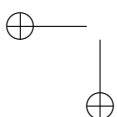




Não resisto a terminar com um excerto de Eça, da *Correspondência de Fradique Mendes*, onde este (respondendo a um pedido de Madame S.) escreve:

Eu tive uma admirável tia que falava unicamente o português (ou antes o minhoto) e que percorreu toda a Europa com desafogo e conforto. Esta senhora, risonha mas dispeptica, comia simplesmente ovos – que só conhecia e só compreendia sob o seu nome nacional e vernáculo de ovos. Para ela *huevos*, *oeufs*, *eggs*, *das ei*, eram sons na Natureza bruta, pouco diferenciáveis do coaxar das rãs, ou de um estalar de madeira. Pois quando em Londres, em Berlim, em Paris, em Moscovo, desejava os seus ovos – esta expedita senhora reclamava o fâmulos do hotel, cravava nele os olhos agudos e bem explicados, agachava-se gravemente sobre o tapete, imitava com o rebolar lento das saias tufadas uma galinha no choco, e gritava qui-qui-ri-qui! có-có-ri-qui! có-ró-có-có! Nunca, em cidade ou região inteligente do universo, minha tia deixou de comer os seus ovos – e superiormente frescos! (QUEIRÓS, E., s/d: 132-133)

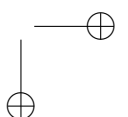
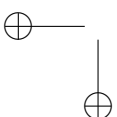
Em conclusão, nas ilações que poderão ser retiradas destas palavras – no que ao equacionamento da identidade linguística diz respeito (e tendo em conta os moldes teóricos pelos quais nos temos orientado) –, devem, em última instância, ser destacados dois aspetos cardinais: antes de mais, o que tem que ver sobretudo com os procedimentos (linguísticos, literários, históricos, políticos) que presidem aos diferentes tipos de ativação da memória histórica (assim como com as consequências que tais procedimentos acarretam quer para o acrescentamento do capital identitário, quer para a consolidação da unidade espiritual de uma Comunidade). Depois, o problema coloca-se noutros termos: trata-se de se equacionar até

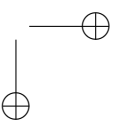
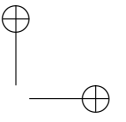




Identidade linguística e “consciência da unidade espiritual” 15

que ponto esses procedimentos servem como fatores de ativação de uma produtividade que permita a transcensão de discursos visivelmente marcados pela ideia de *monologismo cultural*. Não se trata, como é óbvio, de adotar, passivamente, o imperativo de “um homem só deve[r] falar, com impecável segurança e pureza, a língua da sua terra”, devendo “falar mal” “todas as outras” (QUEIRÓS, E., s/d: 130); trata-se, isso sim, de admitir o desenvolvimento de princípios que acabem por determinar a noção de *identidade linguística*, aceitando-se, assim, que a recuperação de um passado pode acolher uma “consciência coletiva de unidade espiritual”. E tudo isto pode ser tido em conta, num contexto linguístico, literário, cultural, histórico, político, onde o problema da *pluralidade* deve ser assumido com contornos que acabam por vincar ainda mais o dinamismo afirmativo de uma língua. . . no caso, da Língua Portuguesa.







Bibliografia

ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1991), “A questão da identidade nacional na escrita portuguesa contemporânea”, in *Hispania*, 74, 3, September, pp. 492-500.

BAKHTINE, Mikhaïl (1984), *Esthétique de la création verbale*, Paris, Gallimard.

BAKHTINE, Mikhaïl, VOLOSHINOV, V. N. (1977), *Le Marxisme et la Philosophie du langage. Essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*, Paris, Les Éditions de Minuit.

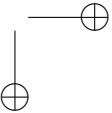
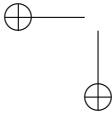
BELLELI, Guglielmo, BAKHURST, David e ROSA RIVERO, Alberto [Eds.] (2002), *Memoria Colectiva e Identidad Nacional*, Madrid, Biblioteca Nueva.

CAMÕES, Luís de (1968a), *Luís de Camões: Obras Completas – Os Lusíadas (I)* [Prefácio e notas do Prof. Hernâni Cidade], 3.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, Vol. IV.

CAMÕES, Luís de (1968b), *Luís de Camões: Obras Completas – Os Lusíadas (II)* [Prefácio e notas do Prof. Hernâni Cidade], 3.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, Vol. V.

CARVALHO, José G. Herculano de (1967), *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*, Coimbra, Atlântida, Tomo I.

COELHO, Eduardo Prado (1992), “O Português, língua de comunicação internacional”, in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 7, Lisboa, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Julho, pp. 14-20.



COUTINHO, Eduardo F. (2000), “Discurso literário e construção da identidade nacional: o caso brasileiro”, in *Literatura e Pluralidade Cultural – Actas do III Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 1998*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 517-525.

CRISTÓVÃO, Fernando (1995), “Fernando Pessoa e a lusofonia a haver”, in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 14, Lisboa, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Dezembro, pp. 16-26.

Critical Inquiry (1992), 18, 4, Summer.

FERREIRA, António (1973), *Poemas Lusitanos* [Notícia história e literária, selecção e anotações de F. Costa Marques], 2.ª ed., Coimbra, Atlântida.

HOMEM, Amadeu Carvalho (1991), “Reflexões sobre a Identidade Nacional”, in *Arunce – Revista de Divulgação Cultural*, n.º 5/6, Janeiro/Dezembro, pp. 67-74.

HOMEM, Amadeu Carvalho (1995), “Identidade nacional e contemporaneidade”, in *Revista de História das Ideias*, n.º 17, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 587-596.

LOURENÇO, Eduardo (1994a), “Identidade e Memória. O caso português”, *Nós e a Europa ou as duas razões*, 4.ª ed. aumentada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 9-15.

LOURENÇO, Eduardo (1994b), “De la langue comme patrie”, in MARTINS, Amílcar, FOLCO, Anna-Maria, CARVALHO, Alix [eds.], *Le Portugais, langue internationale / O Português, língua internacional – Actes du colloque tenu les 4, 5 et 6 juin 1993*, Montréal, Université de Montréal, pp. 37-43.

NEGREIROS, José de Almada (1992), *Obras Completas – Ensaaios*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. V.

OLIVEIRA, José Aparecido de (1996), “A segunda utopia lusíada”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, XVI, 672, p. 11.

PESSOA, Fernando (1986a), *Obras de Fernando Pessoa* [organização de António Quadros], Porto, Lello & Irmão Editores, Vol. I.

PESSOA, Fernando (1986b), *Obras de Fernando Pessoa* [organização de António Quadros], Porto, Lello & Irmão Editores, Vol. II.

PESSOA, Fernando (1986c), *Obras de Fernando Pessoa* [organização de António Quadros], Porto, Lello & Irmão Editores, Vol. III.

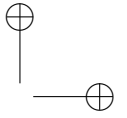
PESSOA, Fernando (2010), *Edição crítica de Fernando Pessoa – Livro do Desasocego* [Edição de Jerónimo Pizarro], Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. XII, Tomo I.

QUADROS, António (1986), “Introdução” a PESSOA, Fernando, *Obras de Fernando Pessoa* [organização de António Quadros], Porto, Lello & Irmão Editores, Vol. II, pp. 7-67.

QUADROS António (1989), *O primeiro Modernismo português – Vanguarda e Tradição*, Lisboa, Publicações Europa-América.

QUEIRÓS, Eça de (s/d), *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil.

REBELO, Luís de Sousa (1997), “Identidade nacional: as retóricas do seu discurso”, in CRISTÓVÃO, Fernando, FERRAZ, Maria

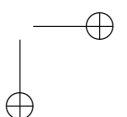
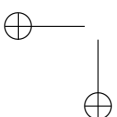


de Lourdes, CARVALHO, Alberto [coords.], *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 21-33.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade*, 2.^a ed., Porto, Edições Afrontamento.

TORGA, Miguel (1965), *Poemas Ibéricos*, Coimbra, Coimbra Editora.

VASCONCELOS, José Carlos de (1996), “Uma comunidade para o futuro”, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, XVI, 672, p. 2.





Dionísio Vila Maior é Professor na Universidade Aberta, sendo ainda Investigador do CLEPUL e Professor-Investigador membro do Séminaire d'Études Lusophones (coordenado pela Prof.^a Doutora Maria Graciete Besse da Université de Paris-Sorbonne, Paris IV).

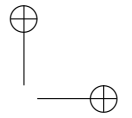
É Doutorado em Literatura Portuguesa (2002) pela Universidade Aberta e Mestre em Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1993).

Tem orientado trabalhos de Mestrado e de Doutoramento em Literatura Portuguesa, sobre diversos autores e áreas (Fernando Pessoa, José Saramago, Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner Andresen, Manuel Alegre, Francisco Álvares de Nóbrega, Ana Saldanha, Tomás de Figueiredo; Literatura e História, Semiótica, Poesia, Romance).

Tem colaborado na formação de Professores do Ensino Básico e Ensino Secundário. Tem sido convidado, em Portugal e no estrangeiro (França, Brasil, Espanha, Polónia, Grécia, Itália, México e Peru), para proferir conferências, comunicações, palestras e seminários.

Tem organizado, coordenado, regido e orientado Seminários e Colóquios sobre Literatura Portuguesa e sobre Didáctica da Literatura, de um modo geral, e, de um modo particular, sobre autores vários (José Saramago, Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Mário de Sá-Carneiro, etc.) e sobre áreas diversas (Leitura do texto literário; Discurso pedagógico na sala de aula; o Ensino da poesia; Literaturas africanas; Relação entre História e Literatura, etc.).

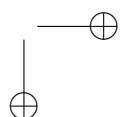
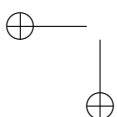
Foi coordenador e responsável pela concretização de uma iniciativa de âmbito científico, no quadro de uma componente científico-cultural fundamentada pela necessária relação da Universidade com a comunidade (académica e civil): as Conferências Abertas.

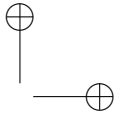


É autor de diversas obras, entre as quais se destacam *A Revivência dos Sentidos — Estudos de Literatura Portuguesa* (2009), *Estudos Pessoaanos* (2004), *O Sujeito Modernista: Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Almada Negreiros e António Ferro: crise e superação do sujeito* (2003), *Fernando Pessoa: heteronímia e Dialogismo – O contributo de Mikhail Bakhtine* (1994), entre outros.

Professor convidado na Universidade Marie Curie (Lublin, Polónia).

Para além das actividades científicas é ainda Maestro do CORO MOZART.





Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto “PEst-OE/ELT/UI0077/2011”

